

A. I. N° - 939365-0
AUTUADO - J. B. COMERCIAL LTDA.
AUTUANTE - MOISÉS P. CORDEIRO
ORIGEM - IFMT NORTE
INTERNET - 02/03/07

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0042-03/07

EMENTA: ICMS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. MERCADORIAS ACOMPANHADAS DE DOCUMENTO FISCAL CONSIDERADO INIDÔNEO. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. É legal a exigência do imposto do detentor das mercadorias em situação irregular, atribuindo-se-lhe a condição de responsável solidário, estar transportado mercadoria de terceiro, acompanhada de documentação fiscal inidônea para a operação. Infração não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 30/08/2006, refere-se à exigência de R\$1.139,00 de ICMS, acrescido da multa de 100%, tendo em vista que foi constatado o transporte de 200 fardos de açúcar cristal acompanhados da Nota Fiscal de nº 256835, sendo reutilizada, conforme Termo de Apreensão de nº 048866.

O autuado, por meio de advogado, apresentou impugnação (fls. 24 a 28), alegando que houve interpretação equivocada e precipitada da autoridade fiscal, tendo em vista que a tese da fiscalização é com base no fato de a nota fiscal de nº 256835 encontrar-se datada de 27/07/2006, e por constar no mencionado documento a placa de um veículo diferente daquele que transportava a mercadoria, sustentando o autuante que na data de emissão, a mencionada nota fiscal já teria sido apresentada no Posto Fiscal da cidade de Juazeiro-BA. Diz que, efetivamente, ocorreu foi a quebra do veículo que conduzia a mercadoria, permanecendo alguns dias na cidade de Riachão do Jacuípe, município que se encontra o estabelecimento autuado. Como tinha prazo para entrega, o responsável pelo transporte terceirizou o serviço, com o objetivo de entregar a mercadoria ao destinatário, a empresa Agrovale. Como havia outras entregas, foi aceita a terceirização após a comprovação da existência de notas fiscais em relação às demais mercadorias. Afirma que o grande erro da autoridade fiscal está no fato de esta afirmar que a Nota Fiscal estava sendo reutilizada, uma vez que o documento fiscal acompanhou a mercadoria desde a sua saída da cidade de Juazeiro-BA, e por isso, estava carimbada pelos prepostos do Posto Fiscal daquela cidade, o que corrobora a afirmação de que o veículo destacado na Nota Fiscal permanecia na cidade de Riachão do Jacuípe, que fica no trajeto da mercadoria. Salienta que o RICMS-BA não trata especificamente de situações em que pare dúvidas quanto à existência do fato gerador do imposto, sendo necessário utilizar subsidiariamente o art. 112 do CTN, que transcreveu. Argumenta, ainda, que a autoridade fiscal poderia agir com razoabilidade, entendendo o defendente que a nota fiscal apresentada, ao contrário das afirmações do autuante, comprovam os argumentos defensivos. Finaliza, pedindo a improcedência do presente Auto de Infração.

O autuante, em sua informação fiscal às fls. 36 a 37 dos autos, diz que o autuado é inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado da Bahia com a atividade de “comércio atacadista de outros produtos alimentícios”, e neste PAF assume a condição de transportador, devendo por isso, responder por solidariedade, pelo pagamento do imposto devido em relação à mercadoria transportada com documento fiscal inidôneo, conforme art. 39, I, “d”, do RICMS/97. Salienta que a

legislação prevê a inidoneidade do documento fiscal, que mesmo revestido das formalidades legais, seja utilizado com o intuito de fraude (art. 209, VI, do RICMS/97). Quanto aos fatos apurados, informa que no dia 27/07/2006, o Supervisor da UMF da IFMT/Norte, em Feira de Santana, por e-mail, solicitou ao Supervisor da IFMT/Metro, em Salvador, diligência fiscal ao estabelecimento da empresa M. O. Pereira, IE 65.049.801, para verificar a sua real existência e a regularidade na emissão de notas fiscais. Diz que foi constatado que o imóvel estava desocupado e a empresa nunca chegou a funcionar no local, e de acordo com INC – Informações do Contribuinte, a mencionada empresa encontra-se na Situação inapta, desde 15/09/06. Salienta que a empresa M. O. Pereira é destinatária da Nota Fiscal nº 256835, foi constituída para servir de “laranja” para internar irregularmente mercadorias neste Estado. Assim, a Nota Fiscal de nº 256835, objeto da autuação, foi emitida com o intuito de fraude, daí a sua caracterização como inidônea, com base no art. 209, VI, do RICMS-BA. Por fim, o autuante pede a procedência do presente Auto de Infração.

Intimado a tomar conhecimento da informação fiscal, o autuado apresentou nova manifestação às fls. 47/49, aduzindo que em relação à informação do autuante de que o destinatário da mercadoria encontrava-se inapto, houve inovação da tese da autoridade fiscal, e a informação fiscal demonstra que não houve qualquer dolo ou culpa do autuado, que não poderia prever que o destinatário das mercadorias estava sob processo de investigação. Diz que não era obrigação do transportador saber se o estabelecimento destinatário estava ou não aberto, e a inscrição encontrava-se regular na data em que iria receber as mercadorias, o que possibilitava o transportador fazer o transporte até o destino final. Ressalta, que de acordo com os documentos de fls. 38/39, a empresa destinatária das mercadorias encontrava-se, anteriormente, instalada na cidade de Tanquinho-Bahia, e parece que o autuante, diante das provas acostadas aos autos pela defesa, percebendo que o Auto de Infração seria considerado improcedente, tenta modificar os motivos ensejadores da autuação fiscal. Reitera o pedido de improcedência do Auto de Infração.

VOTO

O presente lançamento é decorrente da responsabilidade solidária atribuída ao autuado, tendo em vista que foi constatado o transporte de 200 fardos de açúcar cristal acompanhados da Nota Fiscal de nº 256835, sendo reutilizada, conforme Termo de Apreensão de nº 048866.

Em sua impugnação, o autuado alega que houve interpretação equivocada e precipitada da autoridade fiscal; a tese da fiscalização é com base no fato de a nota fiscal de nº 256835 encontrar-se datada de 27/07/2006, e por constar no mencionado documento a placa de um veículo diferente daquele que transportava a mercadoria. Diz que ocorreu a quebra do veículo que conduzia a mercadoria, permanecendo alguns dias na cidade de Riachão do Jacuípe, município que se encontra o estabelecimento autuado, e como tinha prazo para entrega, o responsável pelo transporte terceirizou o serviço. Afirma que a Nota Fiscal não estava sendo reutilizada, uma vez que o documento fiscal acompanhou a mercadoria desde a sua saída da cidade de Juazeiro-BA, e por isso, estava carimbada pelos prepostos do Posto Fiscal daquela cidade.

Trata-se da Nota Fiscal de nº 256835, emitida em 27/07/2006, constando como destinatário da mercadoria o contribuinte M O PEREIRA, Inscrição Estadual nº 65.498.801, que estava cancelada em 26/01/2005, de acordo com os dados cadastrais à fl. 19. Além disso, o veículo foi encontrado no dia 02/08/2006, conforme o Termo de Apreensão acostado aos autos, e o documento fiscal foi emitido em 27/07/06, tendo sido apostado carimbo no Posto Fiscal de Juazeiro no mesmo dia de emissão da Nota Fiscal. Assim, considerando a distância a ser percorrida (Juazeiro – Salvador), não é razoável admitir que o transportador tenha permanecido por mais de cinco dias para fazer a entrega, ainda que o veículo efetivamente tivesse quebrado. Portanto, não é acatada a tese apresentada pelo autuado em sua impugnação.

O art. 209, do RICMS/97, estabelece:

“Art. 209. Será considerado inidôneo, fazendo prova apenas em favor do fisco, o documento fiscal que:

I - omitir indicações, inclusive as necessárias à perfeita indicação da operação

ou prestação;

II - não for o legalmente exigido para a respectiva operação ou prestação, a exemplo de "Nota de Conferência", "Orçamento", "Pedido" e outros do gênero, quando indevidamente utilizado como documentos fiscais;

III - não guardar os requisitos ou exigências regulamentares, inclusive no caso de utilização após vencido o prazo de validade nele indicado;

IV - conter declaração inexata, estiver preenchido de forma ilegível ou conter rasura ou emenda que lhe prejudique a clareza;

V - não se referir a uma efetiva operação ou prestação, salvo nos casos previstos neste Regulamento;

VI - embora revestido das formalidades legais, tiver sido utilizado com o intuito comprovado de fraude;

VII - for emitido por contribuinte:

a) fictício ou que não estiver mais exercendo suas atividades;

b) no período em que se encontrar com sua inscrição desabilitada no CAD-ICMS."

De acordo com o art. 6º, inciso III, alínea "d", da Lei 7.014/96, são solidariamente responsáveis pelo pagamento do ICMS e demais acréscimos legais, os transportadores que conduzirem mercadorias sem documentação fiscal comprobatória de sua procedência ou destino, ou mesmo, acompanhadas de documentação inidônea.

Vale ressaltar, que o trabalho realizado pela fiscalização tem como objetivo analisar a regularidade das operações de circulação de mercadorias realizadas por contribuinte, e sendo apurada a falta de notas fiscais ou a existência de documentos fiscais inidôneos, é exigido o imposto devido.

No caso em exame, a nota fiscal que acobertava a operação (NF 256835) foi considerada inidônea porque, apesar de apresentar características de que poderia estar revestida das formalidades legais, estava acompanhando mercadoria destinada a contribuinte em situação irregular, além de ter sido constatada a sua reutilização, conforme discriminado no Termo de Apreensão à fl. 02.

Entendo que neste caso, o transportador deveria exigir do remetente a nota fiscal com a situação regular perante o Fisco, haja vista que o documento fiscal objeto da autuação, na forma como foi utilizado, implica sua inidoneidade, ensejando a cobrança do imposto.

Assim, entendo que está caracterizada a irregularidade apontada no presente Auto de Infração, sendo devido o imposto, conforme apurado neste lançamento.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 939365-0, lavrado contra **J. B. COMERCIAL LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$1.139,00**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, inciso IV, alínea "d", da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de fevereiro de 2007.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - JULGADOR

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA – JULGADOR